



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MATEUS CAVENDISH GONÇALVES

MUDANÇA DA CAPITAL E A DISPUTA PELO FUTURO
Comissão Técnica para o estudo da localização da nova capital
1946 – 1948

BRASÍLIA
2023

MATEUS CAVENDISH GONÇALVES

MUDANÇA DA CAPITAL E A DISPUTA PELO FUTURO
Comissão Técnica para o estudo da localização da nova capital
1946 – 1948

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

BRASÍLIA
2023

MATEUS CAVENDISH GONÇALVES

MUDANÇA DA CAPITAL E A DISPUTA PELO FUTURO
Comissão Técnica para o estudo da localização da nova capital
1946 – 1948

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (orientador)
Departamento de História (UnB)

Prof. Cristiane de Assis Portela

Prof. Léa Iamashita

AGRADECIMENTOS

Claudia, minha mãe, pelo suporte e apoio incondicional.

Magno, meu pai, pela generosidade e paciência.

Professor Milton do IHGDF, pela aula expositiva sobre o tema

Daniel, pela orientação sábia e assertiva.

Universidade de Brasília, pela experiência de vida transformadora.

“We are born at a given moment, in a given place and, like vintage years of wine, we have the qualities of the year and of the season of which we are born.”

Carl Jung

RESUMO

Durante a Constituinte de 1946, os debates sobre a mudança da capital ganharam nova força no contexto político brasileiro. Entre 1946 e 1948, a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil foi presidida pelo General Polli Coelho e teve como objetivo a definição do lugar onde seria construída a nova capital. Fazendo uma análise dos debates e dos trabalhos da comissão, esse artigo fará um mergulho nos conflitos de interesses políticos, sociais, simbólicos e locais que a disputa pelo espaço da nova capital despertou nesse período. Enxergando a mudança da capital como um processo no qual a formulação de uma cidade-projeto serve como receptáculo das aspirações e interesses de diferentes grupos na construção social, material e simbólica da nação brasileira, vamos também tentar contextualizar o período da comissão (1946-48) em uma dimensão mais ampla, analisando os interesses em disputa pela ótica do potencial de reconstrução social através do poder representativo de uma cidade-projeto em forma de capital.

Palavras-chave: Mudança da Capital; Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil; General Polli Coelho; Engenheiro Lucas Lopes; Cidade-Projeto; Brasília

ABSTRACT

In the 1946's, Constituent Assembly the idea of moving the republic's capital reemerged in the public debate. Between 1946 and 1948, a commission presided by general Polli Coelho was charged with the mission of deliniating the future location of the new capital. By analyzing the documents of this commission, this article is going to take a initial dipp in the political, social, symbolic and local disputes that the fight for the new capital's location incited in this period. Seeing the movement of changing the capital as a process in which the formulation of a project-city becomes a receptacle of the aspirations and interests of many different groups in the social, material and symbolic construction of the brazilian nation, we're going to contextualize the 1946-48 commission in a wider dimension, analysing the intererests in dispute by the perspective of the potencial of society reconstruction through the representative power of a project-city in the form of a capital.

Key Words: Change of the Capital; General Polli Coelho; Commission for the Location of the New Capital; Lucas Lopes; Project-City; Brasília

INTRODUÇÃO

No Brasil, o termo “a mudança da capital” se refere a um longo processo que atravessa vários séculos (XVIII a XX) e que tem sua culminação na inauguração de Brasília em 1960. Antes de ser um processo linear e coerente, ele é repleto de contradições, debates, disputas, construções, descontinuidades e conflitos de interesses que em diferentes períodos se entrelaçam e interagem entre si dando origem a diferentes momentos históricos e acontecimentos heterogêneos, ainda assim, passíveis de serem analisados pela historiografia pela ótica temática única da “mudança da capital”. Portanto esse termo tem um longo alcance e sob sua regência encaixa-se uma ampla diversidade de subtemas que podem ser aprofundados e destacados em suas particularidades, mas que de uma forma ou de outra se remetem a esse longo processo que pode ser resumido pelo termo “mudança da capital”.

O processo da mudança da capital, em sua complexa diversidade, também pode ser visto como uma tentativa de construção simbólica da nação brasileira. As pessoas que ao longo dos séculos se ocuparam desse debate e dessa ideia¹ acabaram sempre por tocar em temas que gravitam em torno de uma tentativa de construção de um país e, por conseguinte, também de um povo. No livro “A formação das almas”, o historiador José Murilo de Carvalho aborda a forma como as diversas forças em disputa pela república brasileira vão buscar legitimação, não apenas em teorias e ideologias, ou em suporte político e militar, mas também no campo simbólico do imaginário popular. A análise que o autor faz sobre como as diferentes forças políticas republicanas disputam o campo simbólico do imaginário republicano fornece interessantes reflexões sobre como é historicamente importante a construção dessa subjetividade politicamente simbólica, e como diferentes agentes e interesses vão se ocupar dessas questões. Enxergando, portanto, o processo da mudança da capital sob essas duas perspectivas (disputa material, política e territorial da construção da nação brasileira e elaboração simbólica do imaginário social de um país em construção), podemos alargar nosso entendimento sobre esse processo e suas implicações e disputas.

¹ A inconfidência mineira (1789) e sua proposta de mudança da capital para São João Del Rey; o jornalista Hipólito José da Costa (1813) que sugeriu a mudança para as margens do rio São Francisco; José Bonifácio (1821) quando escreveu sobre o assunto a deputados paulistas e em 1823 quando levou a proposta à assembleia constituinte; o deputado João Cândido (1831) que apresentou o primeiro projeto de lei sobre o assunto; Varnhagen que tratou do assunto durante o século XIX e suas ideias podem ser resumidas na obra *A questão da capital: marítima ou interior?* (1877) entre tantos outros.

Nas palavras de Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas de modo especial, o coração, isto é, as aspirações e as esperanças de um povo.

(Carvalho, 2003, p. 10)

Na obra de Laurent Vidal “De Nova Lisboa a Brasília: A Invenção de Uma Capital”, o aspecto simbólico da mudança da capital se torna nitidamente claro. Ele faz uma análise dos diferentes momentos históricos que foram essencialmente importantes durante o processo da mudança da capital e, mesmo diante da heterogeneidade e diversidade desses diferentes períodos históricos, podemos perceber um fio condutor subjetivo que os liga: a tentativa de construção simbólica do Brasil. Nas palavras de Vidal:

Um projeto de cidade não é um simples projeto de construção civil, nem mesmo um ato banal e material. É, sobretudo, um esquema mental, um modo de representação abstrato.

(Vidal, 2009, P. 288)

Esse trabalho pretende tratar de um pequeno período desse processo e, talvez, o período mais decisivo para a efetivação da mudança. Entre os anos de 1946 e 1955 foram criadas duas comissões técnicas lideradas por generais e encarregadas de decidirem o local da nova capital assim como produzirem as devidas análises técnicas e políticas sobre as possibilidades em potencial. A primeira comissão² formada ainda em 1946, prevista no texto constitucional e formada por ordem do presidente Dutra, chama-se Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil e foi liderada pelo general Djalma Polli Coelho. A segunda comissão³, formada em 1953, chama-se Comissão de Localização da Nova Capital Federal e foi liderada pelo general José Pessoa. Os relatórios gerados por essas comissões nos legam conhecer não apenas os pareceres técnicos e científicos produzidos, mas também exibem as reflexões políticas, geopolíticas e simbólicas dos personagens envolvidos, e, principalmente, dos generais que lideraram as comissões. Aqui trataremos centralmente da comissão de 1946-48, apesar de também alcançarmos certas referências dos relatórios da comissão de 1953-55 para complementar o quadro que aqui pintamos. Percebe-se que no processo da mudança da capital, especialmente no período selecionado por esse trabalho, os

² - Acesso às fontes primárias: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185568>

³ Acesso às fontes primárias: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>

militares têm participação central para além dos desdobramentos técnicos e tomam parte das reflexões geopolíticas e, portanto, intelectuais, que gravitam o tema. Isso significa que não apenas a logística dos militares surge atuante nesse momento, mas também suas mentes e opiniões. No livro “A capital da geopolítica”, o geógrafo José Visentini argumenta que as preocupações geopolíticas dos militares, atreladas ao processo da mudança da capital, terão papel definidor na escolha final do território que virá a se tornar o Distrito Federal. O foco no discurso geopolítico presente nas comissões e destacado nessa obra vai ser uma das importantes fontes de diálogo desse artigo.

Usando os relatórios técnicos dessas comissões como fontes principais do presente trabalho, assim como os debates da Constituinte de 1946, é possível fazer um mergulho nas questões que estavam sendo levantadas pelos principais atores do processo da mudança da capital nesse período. A participação dos militares nessas comissões é central elevando-os a um papel de protagonismo nos debates sobre a escolha do local, e paralelamente, sobre a construção simbólica, histórica e política da república brasileira e seu futuro. Como aprofundaremos mais a frente, existe uma tentativa de construção de uma narrativa em torno da mudança da capital, claramente perceptível nas comissões abordadas, que busca se consolidar conectando-se com as conclusões da Missão Cruls em uma tentativa de legitimação técnica e também histórica. Os militares, mais especificamente os generais Polli Coelho e José Pessoa, levantam reflexões e emitem opiniões que, na qualidade de chefes das comissões, os posicionam em local de privilégio e de poder no processo de mudança da capital.

As disputas descritas nesses relatórios não se limitam a um debate geográfico sobre o espaço e o local da nova capital, mas antes o transcendem para um debate político que busca legitimações no passado e no futuro da nação brasileira. É interessante observar que as questões que os relatórios engendram tratam principalmente de duas perspectivas temporais: a conexão com o passado (Bonifácio, Varnhagen e a Missão Cruls) e a conexão com o futuro (a necessidade de uma nova capital que permita a manifestação do potencial da nação e do povo brasileiro). Ambas referências temporais se reúnem em um presente em disputa que busca escolher o espaço e o local da capital.

Percebendo o longo processo da mudança da capital também como um processo de construção simbólica de um país em formação, a comissão de 1946-48, assim como a Assembleia Constituinte de 1946, tornam-se um vértice entre passado e futuro. As

argumentações construídas nos relatórios valem-se de diversas justificações, no entanto, o núcleo do discurso vencedor se caracteriza por uma tentativa de conexão entre o passado e o futuro que uma interpretação teleológica do processo da mudança da capital engendra. É claro que o processo da mudança, como dito antes, não é um processo linear e homogêneo, compondo-se de momentos históricos distintos e envoltos em suas particularidades únicas, no entanto, os militares líderes das comissões têm consciência do potencial teleológico que uma interpretação homogeneizante desse processo suscita e tentam discursivamente acessar essas potenciais conexões como legitimação de seus interesses. Como pontua o general Polli Coelho, presidente da comissão de 1946-48, no relatório final⁴:

É deveras admirável a profunda visão dos homens do século passado, políticos ou cientistas, nacionais ou estrangeiros, ao indicarem para a instalação da capital da nação, numa época em que o interior do nosso País era dificilmente acessível, uma região como a do Planalto Central que pertence ao espigão mestre do Brasil, divisor das suas três principais bacias fluviais. Essa solução, sugerida por Hipólito José da Costa, preconizada por José Bonifácio, confirmada por Varnhagen e demarcada por Cruls, com a aprovação de todos os geógrafos, políticos e geopolíticos que cogitaram do problema até nossos dias, afirmou-se agora à maioria dos membros da Comissão pela sua nítida posição a cavaleiro de todos os imperativos deste momento de nossa civilização. (Relatório Final; Página. 15)

Nesse trecho, Polli Coelho tenta justificar o motivo de ter escolhido a região do planalto central no lugar de sua concorrente, o triângulo mineiro, e o faz recorrendo a um argumento histórico que tenta imputar uma teleologia ao processo de mudança da capital. A “solução” se torna empoderada pelo longo processo histórico liderado pelos “grandes” nomes citados e que ao longo dos séculos se desenvolve para atingir ao fim o novo espaço do vir-a-ser da política e do potencial brasileiro.

O general José Pessoa, presidente da comissão de 1953-55, também parece ter percebido o potencial dessa conjunção entre passado e futuro que o processo da mudança da capital representava. No relatório da sua comissão⁵, ele argumenta:

De fato, há cerca de um século viveu o Brasil agitando a ideia da mudança da sua Capital para o interior, ao mesmo tempo que procurava um local para fixá-la. Se a comissão estudou e escolheu tecnicamente o sítio próprio para a cidade e em tôr no a área para o Distrito Federal, ipso fato, encontrou ela a solução desejada. Agora, é uma questão de querer, pois está ao alcance de qualquer governo patriota materializar a velha aspiração nacional. Temos um passado e devemos construir o futuro para o bem comum, desenvolvendo as imensas riquezas e possibilidades de que dispomos, em lugar de exibir ao mundo, a cada passo, as nossas fraquezas. (Relatório da Comissão de 1953-56; Páginas 11 e 12)

⁴ Acesso às fontes primárias: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185568>

⁵ Acesso às fontes primárias: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>

Penso ser perceptível que os generais que chefiavam as comissões estruturaram seus argumentos utilizando-se do potencial teleológico do processo da mudança da capital, assim como seu papel de símbolo construtor da nação brasileira. A questão que se coloca é: qual é afinal o constructo simbólico que o processo da mudança da capital nos permite definir? Como podemos definir melhor um conceito tão subjetivo e abstrato? A resposta é que se trata do futuro. O futuro, como conceito simbólico e abstrato, é o principal núcleo em torno do qual vão se construir expectativas, desejos, elaborações, justificações e narrativas que o processo da mudança da capital suscita, principalmente nas comissões que aqui serão aprofundadas. O futuro se torna além de uma projeção subjetiva das expectativas nacionais, também um fator simbólico de identidade nacional. Essa ideia é desenvolvida por Jacy Alves⁶ em seu artigo “Brasil um país do futuro - políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação”, em que a autora discorre sobre a temporalidade, assim como as imagens construídas em torno dela, como um importante fator de identidade brasileira:

Ora, quando essa configuração identitária temporal que valora o tempo presente (o devir e o futuro dele dependem) desloca-se e a temporalidade da realização identitária (Brasil-nação; povo brasileiro) passa ser representada, imaginada, visualizada e internalizada em uma indefinida projeção para o futuro? Quando e como, a partir de quais dispositivos [socioculturais e psíquicos], a imagem Brasil, país do amanhã ou Brasil, país do futuro impõe-se e fecunda as consciências, molda as psiques, orienta as ações?”

(Alves, 2016, P. 169)

O texto de Jacy apresenta diversos exemplos do longo e lento desenvolvimento da imagem e da correlação entre Brasil e futuro. No entanto, esses diversos exemplos ganham uma materialidade que é consolidada na obra do escritor austríaco Stefan Zweig, “Brasil, país do futuro”, publicada em 1941. Ele não inaugura o constructo do futuro como símbolo de identidade nacional, mas, antes, o resume em um texto que gerou importante impacto:

Nesse sentido, o livro do escritor austríaco Stefan Zweig, também ele um viajante, em seu caso um viajante em busca dramática de terras de exílio, ganha significados importantes como marco de visibilidade de uma forma cultural em elaboração há décadas em fontes diversas, literárias e historiográficas. Mas é no livro Brasil, país do futuro [1941], que a enunciação parece se completar e a expressão surge e se difunde. Digamos, com Simmel, tratar-se de uma subjetividade em elaboração que se objetiva nesse momento, com esse livro e essa imagem, e nesse processo histórico e cultural de objetivação, ela é internalizada e passa, então, a conferir sentidos e temporalidade a uma imagem identitária que opera uma denegação do tempo presente e uma projeção em um futuro, impreciso e radiante.

(Alves, 2016, P. 169)

⁶ Impulso, Piracicaba • 25(64), 161-178, set.-dez. 2015 • ISSN Impresso: 0103-7676 • ISSN Eletrônico: 2236-9767

É nesse contexto que o uso das conexões entre passado e futuro feitas pelos generais demonstra sua teleologia⁷ de maneira mais nítida. As ações dos “homens do passado” não possuem apenas suas historicidades particulares, mas são partes de um processo coerente que pressupõe um fim e uma realização intrínsecos à natureza do próprio processo. A realização desse fim é a própria manifestação do potencial brasileiro, temporalmente localizado no futuro e espacialmente localizado no retângulo Cruls, área delimitada pelos “homens do passado”, como Varnhagem e a missão Cruls, que, como agentes do processo, delimitaram essa área de forma assertiva. A teleologia imposta a esse processo pela interpretação dos militares ganha, dessa forma, contornos de uma narrativa épica⁸. Não se trata, como iremos nos aprofundar nos debates dos relatórios, de uma escolha meramente política e econômica, mas sim de uma solução histórica.⁹ Essa narrativa épica se constitui de grandes personagens que produzem grandes feitos e gravitam em torno de um núcleo específico: a construção do Brasil através da construção de um projeto de capital.¹⁰

Tendo em perspectiva o uso do futuro como argamassa de construção simbólica do país, vamos nos aprofundar em como as comissões vão perceber o papel da mudança da capital na formulação desse futuro. No entanto, para entender melhor como estão contextualizados os dilemas dos presidentes das comissões, precisamos entender quais eram, afinal, os diferentes aspectos da escolha que estava em jogo. As opiniões e pareceres contrários à posição vitoriosa do atual local do Distrito Federal possuíam outra indicação para o espaço da nova capital: o triângulo mineiro. Essa disputa vai ser um dos eixos temáticos centrais das discussões levantadas pela comissão de 1946-48 e também pela constituinte de 1946, e os argumentos que defendem a opção mineira, por contraste, nos ajudam a iluminar o palco e o contexto da competição política pelo futuro político, espacial e simbólico do Brasil.

⁷ O artigo “A teleologia e os estudos da natureza - Contribuições da Filosofia” de Vitor Vieira Vasconcelos e Paulo Pereira Martins Júnior faz uma análise histórica e filosófica do conceito de teleologia ao longo do tempo em seus diversos usos. Aqui vou me referir principalmente à dimensão da teleologia como um processo no qual seu fim é percebido em suas partes. Nas palavras de Vitor e Paulo: *Se incluirmos a concepção de que tais fins devem ser realizados por meio de processos (aqui denominados meios), podemos também conceber uma terceira definição, na qual teleologia significa “Doutrina que considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins”* (FERREIRA, 1986, p. 1658). *Essa visão de eventos concatenados em relação a um fim*”

⁸ Narrativa épica, nesse contexto, se refere simplesmente a grandes homens que realizam grandes obras em um ambiente de impacto coletivo.

⁹ O próprio general Polli Coelho vai se referir à escolha do planalto central como “solução histórica”.

¹⁰ A ideia da construção e reconstrução do país através de um projeto de cidade vai ser um dos argumentos trabalhados por Vidal em seu livro e vai ser retomado com mais profundidade na conclusão do artigo.

Partiremos de uma premissa de que os militares possuem uma longa tradição de interferência nos assuntos da república brasileira. Segundo Carvalho¹¹, diversas forças internas do exército pregavam e militavam abertamente por posturas interventoras e tutelares em relação à política e à república. Essas forças estavam em plena atividade em 1945 quando foi eleito presidente o general Dutra, após a deposição de Getúlio Vargas. Enxergando os processos das comissões pela ótica de um exército com aspirações tuteladoras, as ideias e discursos expressamente defendidos pelos militares nos documentos ganham um significado específico que se enriquece de sentido ao analisarmos suas narrativas, a estruturação dos seus argumentos e a expressão de suas vontades. Nas comissões, o discurso geopolítico dos militares¹² serve como ferramenta, como artífice da justificação e da legitimidade de suas intenções tuteladoras.

As disputas entre diferentes localidades para a posição de sítio da nova capital do Brasil representam uma complexa concorrência de interesses econômicos, políticos, regionais, espaciais, históricos e militares, que buscam justificar suas escolhas e preferências recorrendo a uma notável diversidade de argumentos de variada natureza e embasamento. É justamente do contraste e do conflito entre as possibilidades de escolha do local que podemos aprofundar o entendimento da dinâmica dos interesses em disputa nas comissões.

Esse trabalho se estrutura da seguinte forma: nessa introdução foram apresentados os apontamentos gerais e a interpretação do contexto que embasam as análises e a pesquisa aqui desenvolvidas. O capítulo 1 e o capítulo 2 tratam da comissão de 1946-48. O capítulo 1 vai focar nos argumentos favoráveis ao triângulo mineiro, enquanto o capítulo 2 vai trabalhar os argumentos acerca da permanência do Rio de Janeiro como capital. Ao fim, a conclusão retoma o contexto geral do trabalho, analisando brevemente também alguns usos da dimensão simbólica utilizada pelo projeto de JK na construção de Brasília, aprofundando o argumento de Vidal sobre a construção e reconstrução da sociedade através de uma cidade-projeto.

¹¹ Carvalho desenvolve vários argumentos ao longo do livro 'Forças Armadas e Política no Brasil' que apontam para o caráter interventor dos militares brasileiros. No entanto, um trecho importante para nosso trabalho se encontra na página 116 ao comentar sobre a deposição de Vargas em 1945, período em que se iniciam nossas análises. "*O feitiço voltara-se contra o feiticeiro. [...] Vargas aliou-se à facção militar que o levava ao poder e permitiu que ela fizesse das Forças Armadas um ator com recursos suficientes para influenciar os rumos da nação e com uma ideologia abertamente interventora.*"

¹² Visentini diferencia a geopolítica da geografia política. A primeira é um pensamento desenvolvido por homens de Estado para instrumentalizar o espaço. A segunda se trata de uma ciência propriamente dita.

TÓPICO 1: A COMISSÃO DE 1946-48 E LUCAS LOPES

Na comissão do General Poli Coelho, um personagem surge como protagonista da oposição à escolha do retângulo Cruls: o engenheiro mineiro Lucas Lopes. Felizmente, para a construção do quadro geral dessa trama, Lucas não é uma pessoa anônima perdida na história brasileira. Ele teve uma atuação pública notável e conhecida, chegando até mesmo a ser ministro no governo JK. Produziu um livro de memórias e é considerado um importante desenvolvimentista brasileiro tendo liderado diversos projetos que proporcionaram a ele um lugar de destaque principalmente nas décadas de 40, 50 e 60.¹³ Lucas Lopes viria a ser o grande opositor de Poli Coelho na comissão de 46. O general defendia abertamente o alinhamento à “solução de 1891” representada pelo retângulo Cruls. Como desenvolvido na introdução desse trabalho, sua perspectiva teleológica do processo da mudança da capital transparecia ser um valor que ele publicamente trouxe para a comissão¹⁴.

No seu famoso discurso sobre Brasília¹⁵, o presidente JK declarara que Brasília não estava “em suas cogitações” sendo a adoção desse projeto, segundo ele, uma casualidade que nascia da observância da constituição de 1946. No entanto, como deputado, JK havia levado à votação na assembleia constituinte de 1946 um projeto de Lucas Lopes que propunha o triângulo mineiro como local da nova capital¹⁶, o que demonstrava sua experiência com o tema. O projeto havia nascido das próprias reflexões de Lucas sobre o assunto, tendo sido essas reflexões transformadas em um projeto de emenda constitucional ainda durante a formulação da constituição de 1946. É interessante notar que essa iniciativa de Lucas foi anterior a seu trabalho na comissão de 1946-48, o que figurou como justificativa para sua inclusão nela mesma.

Na análise de Visenti sobre os debates da comissão de 1946-48, ele apresenta as ideias opostas a Polli Coelho da seguinte forma:

¹³ Para acessar o livro das memórias de Lucas Lopes: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31750/lucas-lopes-memorias-do-desenvolvimento>

¹⁴ Na página 27 do volume III da transcrição das atas das reuniões fica claro esse posicionamento: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185568>

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=a3gPC27PcIc&t=136s> minuto 2:10

¹⁶ https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6744/quem_foi_quem_braga_v1.pdf?sequence=1&isAllowed=y P. 387 ou Vidal; De Nova Lisboa a Brasília P. 163

(...) de outro lado, um pensamento que procura apreender o político através do espaço, que não tem ainda uma posição definida sobre a transferência da capital, preferindo antes refletir sobre o significado de uma cidade capital, se essa mudança convém ou não à sociedade nacional e, se for o caso, onde se encontrar um sítio apropriado (sem uma delimitação a priori para essa localização)

(VISENTINI, 1986, P. 62)

As ideias opostas ao pensamento geopolítico incorporado por Polli Coelho claramente possuíam um caráter menos teleológico e predefinido como as que vieram a prevalecer na comissão. No entanto, é importante destacar que existia, antes de uma atitude meramente reflexiva sobre o espaço e o significado de uma capital, uma vigorosa disputa política e econômica pelo local. Nas palavras do próprio Lucas Lopes em suas memórias:

Todo o meu interesse em levar a capital para o Triângulo Mineiro foi de caráter político. Eu sentia que a capital no Triângulo Mineiro seria capaz de conquistar o Brasil Central porque aquela região tinha bases econômicas boas e estava ligada ao que eu chamava de *core area*, a área medular do Brasil econômico. Todo o efeito econômico do Triângulo Mineiro poderia ser projetado sobre a bacia amazônica, o Tocantins

(Lucas Lopes; Memórias do Desenvolvimento, P. 100)

Certamente o triângulo mineiro proporcionava uma ótima solução para os estados mais poderosos como Minas Gerais e São Paulo, estando o local diretamente na sua zona de influência, fato que também suscitaria a disputa dos políticos de Goiás interessados em trazer mais ao norte o sítio a ser escolhido. Lucas Lopes foi um importante defensor dos interesses mineiros ao longo de sua vida, tendo participado de vários projetos econômicos e estruturais do estado mineiro como o Plano de Eletrificação de Minas Gerais e a Comissão do Vale do São Francisco. A escolha de Lopes pelo triângulo mineiro como novo local era convicta e não necessariamente partia de uma atitude de “refletir sobre o significado de uma cidade capital” como aponta Visentini. No entanto, para além desse aspecto específico da comissão de 1946-48, a análise de Visentini ao apontar o discurso geopolítico como uma poderosa força enrijecida e com predisposições irredutíveis com a escolha do retângulo Cruls, é relativamente precisa. Percebe-se que, dessa forma, na comissão se desenha um embate entre duas frentes: a econômica defendida por Lucas, e a frente que irei nomear de “teleológica” defendida pelo discurso geopolítico de Polli Coelho.

Visentini faz uma importante análise da natureza e do histórico do discurso geopolítico e sua profunda influência em setores importantes da sociedade brasileira.¹⁷ Ele chega a posicionar Varnhagen¹⁸ como uma das fontes de inspiração para o desenvolvimento

¹⁷ A Capital da Geopolítica; P. 76 a 86

¹⁸ A Capital da Geopolítica P.75

do pensamento geopolítico brasileiro, indicando, com razão, o fato de que a ideia da mudança da capital é parte integrante da raiz dessa corrente. No entanto, para esclarecer esse debate se faz necessária uma pequena explicação conceitual do que afinal é a geopolítica e o que é, em oposição, a geografia política. Visentini posiciona a geografia política como um campo da ciência geográfica. Em contrapartida a geopolítica trata da instrumentalização do espaço por homens e mulheres de Estado¹⁹, ou seja, o pensamento geopolítico tem sua principal expressão em pessoas que possuem uma visão interna ao Estado, portanto sendo de uma natureza não necessariamente científica.

A contribuição adicional que penso ser importante trazer para esse debate consiste na percepção de que uma vez que o pensamento geopolítico brasileiro consistia basicamente em um esforço de construção da nação brasileira, a mudança da capital, vista pelo prisma da manifestação do futuro como ilustração simbólica do potencial brasileiro, se torna empoderada pelo potencial teleológico que o processo de mudança como uma “longa história” invoca, como o de uma narrativa épica. Sendo o discurso geopolítico caracterizado por nascer de uma visão interna ao Estado, os militares se tornam os grandes protagonistas da construção do discurso geopolítico, e como se demonstra pelos relatórios da comissão e seus desfechos, de forma extremamente decisiva.

Ao conectar o passado, representado principalmente por Bonifácio, Varnhagen e pela comissão Cruls, com o futuro, representado por uma projeção simbólica da manifestação do potencial de uma nação em construção, os generais Polli Coelho e José Pessoa parecem estar conscientes do papel da mudança da capital na formação do país, sendo o discurso geopolítico a forma que essa teleologia utiliza-se para racionalizar o processo.

Para completar esse panorama é necessário também destacar um dos argumentos mais utilizados pelos defensores do retângulo Cruls: o argumento legalista. Essa comissão nasce diretamente da constituição de 1946 que institui o seguinte:

Art. 4º das Disposições Transitórias: "A Capital da União será transferida para o planalto central do País". Parágrafo 1º: determina que "Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital. Parágrafo 2º :O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União. Parágrafo 3º: "Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

¹⁹ A Capital da Geopolítica P. 52 a 61

Uma das estratégias usadas por Lucas Lopes para combater a posição de Polli Coelho foi a de destacar a subjetividade do conceito de “planalto central” argumentando que a comissão Cruls carecia de dados e equipamentos necessários²⁰ para atingir um resultado satisfatório. Sua intenção era aumentar para o sul²¹ a área do retângulo Cruls de forma a incluir nela o triângulo mineiro.

É interessante destacar a resiliência e a insistência de Lucas Lopes na sua disputa com o general Polli Coelho, que frequentemente descartava suas sugestões e ideias. Seu impacto foi tamanho que foi solicitado por Polli Coelho um parecer do “Estado Maior do Exército e Estado Maior Geral” para aprofundar as questões levantadas pela concorrência entre as duas regiões. O documento²² é rico como fonte, pois eleva as questões trabalhadas na comissão a um patamar ainda mais específico, tendo sido redigido por civis e militares de fora da comissão, os quais buscavam agravar a pressão para a escolha do retângulo Cruls.

Esse relatório é um ponto de inflexão importante na história da comissão de 1946, assim como na história da mudança da capital no geral, porque nele ficam explícitos de forma mais evidente os argumentos que a disputa entre os locais evoca, assim como a influência dos militares no processo. Percebe-se nele que o discurso de Polli Coelho não é uma idiosincrasia pessoal do general, mas antes representa uma corrente institucional que encontra no exército uma parte relevante de sua manifestação. No relatório, Polli Coelho adjetiva²³ as opiniões defensoras do triângulo mineiro de “sugestões apressadamente sugeridas, envolvendo interesses ocultos políticos e financeiros”, além de invocar a geopolítica²⁴ escrevendo que “existe no país e mesmo dentro da comissão que presido, certa tendência para desconhecer os fundamentos da solução referida, em favor de soluções que não me parecem possuir as positivas vantagens geopolíticas que existem na solução proposta em 1892”. Ele ainda evidencia²⁵ o preponderante papel dos militares no processo histórico da mudança e da comissão Cruls, os citando diretamente em certa autorreferência institucional: “procuro defender a solução que, para o mesmo problema, foi dada em 1892, a comissão

²⁰ - Página 28 do relatório técnico; primeira parte; volume 3

²¹ - Página 9 do relatório técnico; primeira parte; volume 3

²² Disponível aqui: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185624>

²³ Página I do “Pareceres do Estado Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o problema da mudança da capital” parágrafo denominado como “V”

²⁴ Página I do “Pareceres do Estado Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o problema da mudança da capital” parágrafo denominado como “IV”

²⁵ Página I do “Pareceres do Estado Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o problema da mudança da capital” parágrafo denominado como “III”

Cruls, da qual fizeram parte nossos ilustres e velhos camaradas generais Tasso Fragoso, Alípio Gama, Celestino Alves Bastos e Hastimfilo de Moura”.

É importante notar que nas memórias do próprio Lucas Lopes ele deixa explícito que seus interesses em definir o triângulo mineiro como o local escolhido eram políticos e econômicos, como foi citado diretamente mais acima nesse trabalho. De certa forma, os interesses que Lucas defendia não eram necessariamente ocultos como Polli Coelho os descreve, no entanto, eles são a superfície de uma disputa silenciosa que as palavras escritas no relatório não revelam explicitamente: a disputa entre os estados pelo local da nova capital.

Esse é um campo fértil de pesquisa que demanda estudos mais aprofundados e específicos para ser destrinchado satisfatoriamente, no entanto, na superfície que aqui encostamos é possível apontar que havia grande interesse entre as forças políticas e econômicas, dos estados em questão, para trazer a nova capital se não necessariamente para seu território, para a sua zona de influência. Essa disputa material e política entre os interesses dos estados fica clara para Vidal²⁶ que pontua a natureza limitada da explicação focada no discurso geopolítico feita por Visentini:

O estudo de Visentini, que constitui doravante um clássico sobre Brasília, nos parece, no entanto pecar por uma ausência de análise dos interesses sociais, econômicos e políticos, que uma justificação da transferência em termos geopolíticos reveste. O autor esquiva particularmente uma apresentação em termos de conflitos de interesses entre as elites, fazendo o Exército o ator principal a carregar a responsabilidade pela interiorização da capital. Essa afirmação, mesmo que contenha uma parte de verdade, merece, todavia ser recolocada em um contexto mais vasto, o da luta das elites pelo controle do aparelho do Estado, atualizando projetos de sociedade diferentes. (VIDAL; 2009, P. 166)

Na comissão, o antagonismo entre Polli Coelho e Lucas Lopes transparece a tentativa mineira de fazer os interesses do estado serem ouvidos. Apesar dos interesses goianos alinharem-se com a frente teleológica representada pelos militares brasileiros e sua solução histórica do retângulo Cruls, eles convergem por caminhos diferentes. Os militares possuem uma forma peculiar de enxergar a formação da nação brasileira e o papel da mudança da capital nesse processo, caracterizada principalmente, como habilmente percebeu Visentini, pelo argumento geopolítico. Adicionando-se a isso a perspectiva teleológica e histórica que eles possuem do processo da mudança da capital, percebe-se que a interpretação dos militares sobre esse processo é muito mais simbólica, na forma de uma narrativa quase épica, do que política e econômica, base em que as forças opositoras estruturam seus argumentos. Os

²⁶ De nova Lisboa a Brasília P. 166

interesses goianos, no entanto, seguem por essa segunda via, só que nesse caso, com o diferencial de que a solução teleológica dos militares calhou de se localizar no território do seu estado, causando uma convergência de caminhos com naturezas diferentes.

É interessante notar que Goiás já tinha tido sua própria experiência com sua mudança da capital. Essa mesma mudança, apesar de inicialmente disfarçada de “motivos sanitários”²⁷, teve seus contornos políticos e econômicos explicitados no discurso do governador Pedro Ludovico Teixeira, durante a inauguração de Goiânia. Nas suas palavras²⁸:

Confesso, fazendo justiça à velha Goiaz, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. É um centro urbano relativamente saudável, apenas com uma endemia de paratifo, como se dá em inúmeras cidades e capitais do Brasil. Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceasse o privilégio de que usufruía. E essas causas eram de tal importância que viviam no subconsciente de todos os goianos, mormente no dos que residiam na antiga Vila Boa.

Levando-se ainda em consideração as influências políticas e econômicas de Goiás é importante destacar o papel de Pedro Ludovico Teixeira, governador realizador da mudança da capital goiana, mas também senador durante a constituinte de 1946, importante defensor do texto da mudança da capital nacional durante os debates constituintes. Ludovico foi responsável por defender durante a constituinte a adoção do artigo da constituição de 1891 sobre a mudança da capital nos moldes em que ela assumiu na constituição de 1946. Durante seu discurso na constituinte²⁹ ele argumenta:

Senhores constituintes. Vou hoje fazer algumas considerações sobre a mudança da capital da república para outra região do Brasil, em virtude de achar-me com autoridade pra fazê-lo, pois, já realizei a mudança da capital de um estado.

Como fica claro, ao defender a mudança da capital para Goiás, ele utiliza sua própria experiência como legitimação da potencialidade do projeto. A experiência de Goiânia vai ser frequentemente retomada como referência de defesa da mudança não apenas no contexto logístico, mas principalmente no sentido econômico. Ele argumenta que antes de Goiânia:

Goiás rendia naquela época apenas 5 milhões de cruzeiros. Ombreava-se com Piauí e Mato Grosso, colocando-se, de quando em quando, em último lugar em matéria de arrecadação orçamentária. [...] Em princípio do ano passado, quando deixei o governo, o governo de Goiás já havia ultrapassado, sem aumento de impostos, os seus congêneres da Federação em arrecadação orçamentária, sem nenhuma dívida interna ou externa, com todos os pagamentos em dia. [...] A situação era tão

²⁷ CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. *Cadernos do INDUR*, v. 2, p. 29-39, 2002. Parte III

²⁸ Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/3554/2850>

²⁹ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/Pedro-Ludovico-07051946.pdf>

eufórica, que o desembargador Eládio de Amorim, meu substituto, deu um abono de natal de dois milhões e setecentos mil cruzeiros ao funcionalismo público.

A coluna vertebral da defesa goiana da mudança da capital se sustenta no desenvolvimento econômico que a experiência de Goiânia propiciou, nas palavras de Ludovico. O deputado goiano Galeno Paranhos³⁰ também aparece nos textos da constituinte como apoiador de Ludovico e de suas ideias, fazendo coro ao argumento do ex-governador sobre o desenvolvimento econômico e financeiro que a nova capital goiana proporcionou ao estado. Sobre essas disputas políticas Vidal escreve que:

Depois das sugestões de Arthur Bernardes na Comissão Constitucional encarregada da redação do anteprojeto, duas emendas são apresentadas mostrando divergências regionais. A primeira é de Café Filho e sugere uma mudança para a cidade de Goiânia, a capital do Estado de Goiás inaugurada em 1942; Benedito Valadares, por sua vez, propõe o Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. [...] Três propostas em torno da localização são debatidas: O Triângulo Mineiro, a cidade de Goiânia, ou o retângulo Cruls. A solução do Triângulo Mineiro, sugerida por Benedito Valadares, é apoiada por muitos constituintes de Minas Gerais, entres os quais: Daniel Carvalho, Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, dez anos mais tarde, enquanto presidente, transferirá definitivamente a capital para o retângulo Cruls e nomeará Israel Pinheiro diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

(Vidal, 2009, P. 163)

Sobre a influência de Belo Horizonte e, principalmente, Goiânia, Vidal³¹ destaca uma conceituação importante sobre o significado das cidades planejadas alegando que “A partir dos anos 1930, o tema da cidade fica associado à construção do Brasil moderno” apontando a representação estética que o planejamento racional e arquitetônico simbolizava na tentativa de modernização do Brasil frente às referências industriais e científicas do atlântico norte, valendo-se do racionalismo como fonte de legitimação urbana e social.

Vidal não se aprofunda nas disputas políticas e econômicas que claramente gravitam em torno da mudança da capital, no entanto, sua crítica a Vicentini, que peca ao focar exclusivamente no argumento geopolítico dos militares, é certamente precisa. Aqui percebemos que no processo da mudança da capital, o aspecto simbólico, abstrato e subjetivo do uso da conexão entre passado e futuro como argamassa da construção do vir-a-ser da república brasileira, mescla-se de forma dinâmica e complexa com os desdobramentos políticos e econômicos que naturalmente engendram um projeto desse porte. Aqui busco

³⁰ ver: <https://www.camara.leg.br/deputados/130444/biografia>

³¹ De Nova Lisboa a Brasília; P. 161

salientar que essa mescla se torna relativamente óbvia nos arquivos da comissão de 1946-48, em que os argumentos teleológicos de Polli Coelho confrontam a racionalidade econômica de Lucas Lopes. No caso dos interesses goianos, representados na constituinte por Ludovico, ele novamente recorre a argumentos econômicos, só que dessa vez, alinhado com a decisão teleológica de Polli Coelho, produzindo uma convergência no espaço, se não no discurso.

A tentativa de Polli Coelho de legitimação de sua escolha, usando a conexão entre passado e futuro e criando um discurso em forma de narrativa épica, não foi tentada exclusivamente por ele. Na verdade Vidal³² demonstra que Varnhagem já recorria a experiências passadas para justificar sua decisão e embasar sua “meta” ou objetivo futuro como se a história corresse naturalmente para um final delimitado pela soma das experiências e reflexões dos “grandes” nomes do passado. O que é interessante perceber é que essa narrativa épica se alinha com os interesses políticos econômicos goianos enquanto contraria os interesses políticos e econômicos mineiros, tendo-se em vista o exemplo de Lucas Lopes e mesmo de JK que como deputado levou sua proposta de mudança da capital para o triângulo mineiro ainda na constituinte de 1946.

Essa perspectiva da disputa entre os estados comporta fecundo aprofundamento que não caberá totalmente aqui, demandando um estudo muito mais amplo, valendo-se de mais fontes do que apenas os relatórios das comissões e a constituinte de 1946 e acessando muito mais personagens do que os que são tratados aqui. Ainda assim, dado o panorama construído por essa análise, espero que fique mais fácil mapear potenciais pesquisas futuras nesse campo, tendo-se em conta o contexto protagonista que as comissões representam na história da mudança da capital. Ainda é importante destacar que os interesses desses estados não são um bloco único e monolítico. No caso de Lucas Lopes, por exemplo, parece ser a perspectiva de um engenheiro mineiro, que apesar de ter ocupado importantes cargos públicos, possuía também a visão pessoal de um cidadão que pensa o seu país. O que isso significa é que não podemos enxergar essa disputa de interesses exclusivamente a partir da visão dos homens de Estado, mas também das interpretações da sociedade civil e de seus membros mais engajados na construção da nação e na solução de seus dilemas, assim como da elite econômica, legando certa diversidade de natureza e discurso entre esses interesses.

³² De Nova Lisboa a Brasília P. 94

TÓPICO 2: A COMISSÃO DE 1946-48 E O RIO DE JANEIRO

Na comissão de 1946-48 os votos finais ficaram organizados da seguinte maneira: os favoráveis à solução do retângulo Cruls eram: General Djalma Polli Coelho, Luiz Augusto da Silva Vieira, Arthur Eugenio Magarinos Torres Filho, Francisco Xavier Rodrigues de Souza, Jeronimo Coimbra Bueno, Jorge Leal Burlamaqui e Odorico Rodrigues d'Albuquerque. Já do outro lado estavam aqueles que foram designados pelo relatório como “votos vencidos”. Eram eles: Antônio Carlos Cardoso, Christovam Leite de Castro, Lucas Lopes, Luiz de Anhaia Mello e Geraldo H. de Paula e Souza.

Entre os votos vencidos havia uma interessante diversidade de justificativas e discursos. Alguns defendiam explicitamente a mudança e apontavam o triângulo mineiro seu sítio ideal, como Lucas Lopes e Cristovam Leite Castro. No entanto, existiam aqueles que não avaliavam como necessária a mudança da capital, argumentando que mesmo assim, caso fosse inevitável, ela deveria se localizar no triângulo mineiro, como escreveram Antônio Carlos Cardozo e Geraldo de Paula e Souza. Houve também a defesa feita por Luiz de Anhaia Mello, que era absolutamente intransigente na noção de que a capital deveria permanecer no Rio de Janeiro, a princípio sequer admitindo o triângulo mineiro como “segunda opção” como fizera Antônio Carlos e Geraldo.

Na constituinte de 1946, durante o discurso do ex-governador de Goiás, Ludovico Teixeira, que defendia a mudança da capital para seu estado, ele foi indagado por argumentos pró Rio de Janeiro que se estruturaram da seguinte forma nas palavras³³ do deputado Helvécio Coelho Rodrigues:

Entretanto, há um ponto a ser considerado. A influência tradicional, histórica, nos costumes brasileiros, da cidade do Rio de Janeiro sobre toda nacionalidade, como Paris sobre a França, Londres sobre a Inglaterra, Berlim sobre a Alemanha, Moscou sobre a Rússia, e assim tantas outras. Temos no Rio patrimônio histórico que precisamos zelar.

Seu argumento foi prontamente respondido por Ludovico que rebateu “o progresso do Brasil está acima desse patrimônio” enquanto explicava que a mudança da capital não necessariamente excluía o zelo desses “tesouros”. No entanto, esse argumento pró Rio de Janeiro faz uma interessante conexão com o voto de Odorico Rodrigues. Seu voto foi peculiar

³³ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/Pedro-Ludovico-07051946.pdf>

junto àqueles que defendiam o retângulo Cruls, tanto que nas memórias³⁴ de Lucas Lopes ele acusa Polli Coelho de manipulação alegando que:

Uma das teses mais complicadas do meu voto na Comissão Poli Coelho era essa teoria da localização da capital junto às fronteiras. Houve cinco votos a favor do Triângulo Mineiro e sete a favor de uma área indefinida no Brasil Central. O voto do Jorge Burlamaqui, por exemplo, dizia assim: "Acho que a capital não deve mudar, mas se algum dia mudar deve ir para perto de não-sei-onde, Niquelândia, bem longe." Poli Coelho considerou isso como um voto contra o Triângulo Mineiro e, numa atitude da mais absoluta arbitrariedade, misturou todos os votos num só, insistindo no Planalto Central.

Na verdade, se podemos confiar na transcrição acurada dos votos do relatório final penso que Lucas Lopes confundiu Burlamaqui com Odorico. Burlamaqui admitiu que as condições materiais não eram favoráveis no momento, mas ainda assim seguiu os votos³⁵ de Luiz Vieira e Jeronimo Coimbra, alinhando-se com o retângulo Cruls. Já Odorico justificou seu voto de forma peculiar, assemelhando-se, mesmo que de forma imprecisa, mais proximamente do descrito nas memórias de Lucas. Odorico escreve³⁶ que:

A nova metrópole, parece-nos deve ter por escopo supervisionar, defender e manter com equidade os interesses interiores e exteriores, não de zonas mais povoadas e mais ricas, que às vezes o são por terem apenas tido mais assistência administrativa, mas de todo o Território Nacional e manter nele a unidade nacional [...] Pelo exposto e tendo em consideração a magnífica contribuição dos demais da Comissão que trouxeram a mais completa informação sobre o biotôpo constituído pelo Planalto Central e arredores, somos de parecer que qualquer situação da Nova Capital que fique ao sul do paralelo 16° não consulta aos interesses nacionais, como um todo, mas só aos interesses do sul do Brasil e ainda por considerar que é função precípua do Governo Federal manter a integridade da Unidade Nacional, promover o desenvolvimento harmônico dos Estados, superintender todos os interesses nacionais como um todo e não apenas de sua parte mais povoada porque essa, já bem lançada no progresso, não carece tanto de sua assistência, somos de parecer que se situe a Nova Capital do Brasil no já demarcado retângulo de Cruls.

Portanto aqui aparece um argumento que se conecta diretamente com o embate entre Ludovico e Coelho Rodrigues durante a constituinte: a quebra ou superação da hegemonia econômica, política e cultural do “sul do Brasil”, que tomando como referência a utilização de Odorico do paralelo 16, significa os atuais sudeste e sul do Brasil. O paralelo 16 é uma linha que atravessa o atual Distrito Federal, cortando o centro de Goiás e o norte de Minas. Portanto um dos conflitos relativamente silenciosos, mas que no pano de fundo também permeia o debate da mudança da capital, ficando explícito na defesa pró Rio de Janeiro de

³⁴ Página 100 e 101 de Lucas Lopes Memórias do Desenvolvimento

³⁵ Página 100 e 101 do documento final da comissão

³⁶ Página 103 a 107 do documento final da comissão

Coelho e na justificação de voto de Odorico, é a quebra da hegemonia populacional, econômica, política e cultural da área mais desenvolvida e populosa do país.

Odorico é um geólogo cearense que peculiarmente interpretou que a mudança da capital para o triângulo mineiro beneficiaria primeiramente estados já privilegiados, ficando ainda distante da maior parte do território brasileiro. Existem poucas informações sobre ele na superfície da internet, no entanto, foi possível averiguar³⁷ que ele nasceu em Acaraú-CE e se formou em geologia em 1907 pela Escola de Minas em ouro preto. Segundo um pequeno folheto de um noticiário do IBGE:

Com o desaparecimento do Prof. ÜDORICO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, ocorrido no dia 18 de novembro de 1948, perdeu o país um de seus filhos mais devotados, e a ciência brasileira, uma de suas mais altas expressões. A perda do saudoso mestre privou a Escola de Minas, onde professava a cátedra de Geologia, de um colaborador eficiente e competente, porquanto representava no tradicional estabelecimento de Ouro Preto.

Infelizmente 3 meses depois de sua assinatura no relatório final da comissão de 1948, ele foi dado como desaparecido, no entanto, na justificativa de seu voto podemos achar elementos que dão tónus a uma interpretação peculiar do processo de mudança da capital. Odorico, diferente da maioria de seus colegas, justifica seu voto não por questões geopolíticas, teleológicas, climáticas, econômicas ou históricas, mas antes faz uma assertiva defesa da necessidade de um equilíbrio nacional da distribuição do poder na espacialidade brasileira. No primeiro trecho, citado acima, da justificação do seu voto, sua opinião fica clara, no entanto, ele ainda complementa:

Se o nordeste não tivesse sido acudido pelas obras contra as secas, aquela região não teria o coeficiente demográfico que tem e não seria o nascedouro desta população de brasileiros honestos, fortes e sóbrios a quem a Nação deve a maior parte do que há de tangível na Imensa Amazônia e que no começo do século lhe deram grandes lucros com a exploração da então única grande fonte de borracha. De outro lado, se o Governo Federal não permanecesse tão distante daquele imenso latifúndio e lhe assistisse, amparando convenientemente a nova riqueza, não teria perdido o monopólio desta preciosa matéria prima, talvez tão interessante quanto o café, pelas consequências políticas e econômicas que teria trazido no aproveitamento do potente vale. É um visível prejuízo nacional decorrente da excentricidade da sede do Governo Federal perante os interesses totais da Nação. É tempo de corrigir esta prejudicial colocação do Governo, construindo-se a Nova Capital mais próxima do centro geográfico do País, sem receio de ser ele pouco povoado.

³⁷ Em um pequeno trecho de um noticiário do IBGE foi possível encontrar algumas informações: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/4164/3441>

Para Odorico, a concentração de poder em torno do sul-sudeste do país representa um entrave ao desenvolvimento brasileiro, e segundo sua interpretação, a mudança da capital para um sítio acima do paralelo 16 é uma possível solução para esse dilema. Nesse ponto é interessante contrastar seu posicionamento com o de Luiz Mello, o defensor mais ferrenho da permanência do Rio de Janeiro como sede capital da república. Luiz Mello trilha um caminho argumentativo liberal³⁸, no qual ele atribui a responsabilidade da ocupação populacional do oeste brasileiro à espontaneidade do desenvolvimento econômico:

Uma capital, e ainda menos uma capital federal, não tem função pioneira nem civilizadora. A civilização avança ponteando o território com núcleos de concentração humana naturais e não artificiais; mais flexíveis e menos exigentes; mais agressivos porque núcleos de produtores e não de consumidores.

A construção do seu discurso se baseia na ideia de que o avanço rápido da tecnologia encurta o tempo e o espaço, não sendo necessária a presença física da capital no interior para o seu desenvolvimento. Para Mello, basta-se empreender um projeto de unificação territorial via ferrovias e estradas que, naturalmente, o desenvolvimento econômico, e, por conseguinte, populacional, vai surgir espontaneamente. Nesse momento ele parece responder diretamente a Odorico no sentido da distribuição de poder na administração do país:

O mecanismo da civilização moderna está de tal forma ligado ao progresso tecnológico e as repercussões sociais, que diante do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação - eletricidade, automóvel, avião, transmissão instantânea da inteligência a pontos quaisquer, meios de impressão simultânea de massas como telegrafia, telefonia, sistemas multiplex, rádio, rádio broadcasting, televisão, imprensa, cinema - a ninguém é lícito afirmar que uma posição centralizada seja necessária para que a ação dirigente se processe em termos equânimes.

Portanto, aqui temos outro pequeno fragmento do embate sobre a distribuição do poder no imenso território brasileiro. Mello usa frequentemente autores anglo-saxões como Griffith Taylor e Lewis Mumford para referenciar seu texto, invocando as experiências de Washington e Camberra como capitais próximas do litoral e de projetos que não ambicionaram centralidade territorial. Dessa forma ele chega à conclusão que:

Considerados todos os problemas ligados à geoarquitetura, coincidentes com a ordem lógica do "desenvolvimento material" a que se refere Taylor, quanto mais qualquer nova localização se afastar da atual fronteira econômica, tantos mais problemas de difícil solução estarão sendo criados e tanto mais heroica temerária e dispendiosa será a empresa.

Dessa forma, para ele, o afastamento da fronteira econômica é o principal problema na mudança da capital. É interessante notar que em seu voto oficial ele é intransigente com a

³⁸ A justificativa do seu voto se encontra entre as páginas 127 e 134

mudança, sequer admitindo o triângulo mineiro como alternativa. No entanto, no final do relatório é permitido um pequeno “voto complementar” no qual Mello volta atrás³⁹ e escreve que uma vez que seja inevitável a mudança, que seja então escolhido o sítio de Minas Gerais. Mello defende a permanência da capital no Rio de Janeiro por motivos econômicos, enquanto Coelho Rodrigues o faz por motivos culturais. Anhaia Mello foi um importante arquiteto e urbanista de São Paulo, e sua atuação acadêmica e pública é muito bem examinada no artigo⁴⁰ “Luiz de Anhaia Mello: Ensino, Política e Presença Pública” das autoras Maria Stella Bresciane e Maria Cristina Schicchi. A experiência de Mello em São Paulo se torna vívida também em seus argumentos no relatório da comissão em que ele usa o exemplo de seu estado:

O paulista conseguiu elevar a alto nível de progresso e civilização quase toda a área do Estado de S. Paulo, porque uma rede de transportes e comunicações, sempre melhorada e ampliada, permitiu tão nobre feito. Para levar a cabo a missão civilizadora, reclama o bandeirante novas ampliações e melhoramentos na rede de transportes, ninguém jamais tendo pensado na mudança da capital da orla do planalto, onde os Jesuítas a fundaram em 1554, para o interior, localizando-a em Baúro ou Araraquara.

A comissão de 1946, assim como os embates da constituinte que a precedeu, é rica no cruzamento de diversas perspectivas sobre o papel da mudança da capital na construção da nação brasileira. Na perspectiva material, política e econômica, mas também do ponto de vista simbólico, mítico e épico que a narrativa teleológica do processo suscita. Ambas as perspectivas vão ser habilmente utilizadas por JK quando ele decide tomar para si a conclusão do projeto.

A comissão de 1953-56, apesar de conter importantes reflexões do general José Pessoa sobre os aspectos simbólicos e do uso da conexão entre passado e futuro para legitimação dos argumentos, como aquelas citadas na introdução desse artigo, possui uma tensão deliberativa muito menor, uma vez que a região já estava decidida e ali se tratava apenas da escolha precisa do exato sítio da cidade e delimitação do Distrito Federal. As disputas entre os interesses mineiros, goianos, cariocas e paulistas já estavam muito mais pacificadas nesse momento. Ainda assim é interessante destacar que quando Juscelino decide construir a nova capital em 1956 já existe um terreno de debates e disputas nos anos anteriores, de forma que seu projeto se torna um complemento desse processo. Para futuros

³⁹ Página 135

⁴⁰ Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/download/125757/122654/239020>

trabalhos e pesquisas que pretendam se aprofundar nesses temas a comissão de 1953-56 pode ser um interessante gancho para se entender a construção de Brasília levada a cabo por JK, não somente pela proximidade temporal, mas principalmente pela herança técnica que a comissão legou ao projeto.

Já a comissão de 1946-48 teve repercussões muito mais profundas. Por 7 votos contra 5, considerando que caso um dos votos a favor do planalto central mudasse para seu concorrente seriam 6 contra 6, esse momento histórico foi o vértice temporal no qual a localização da atual capital mais chegou perto de se alterar. Ela também foi o palco das disputas mais acirradas e da maior diversidade de argumentos e debates decisivos.

CONCLUSÃO

O longo processo de mudança da capital, ou talvez melhor definindo, da invenção de uma capital como o título do livro de Vidal infere, é heterogêneo e diverso na natureza dos diferentes períodos e personagens que dela se ocupam. O livro de Vidal, “De Nova Lisboa a Brasília: A Invenção de uma Capital” oferece uma visão panorâmica desses diferentes momentos, não tentando imputar uma teleologia causal ao processo, mas antes, destacando as particularidades de cada momento em seus diferentes ambientes políticos, econômicos, sociais e culturais peculiares. Mesmo tendo-se consciência da individualidade distinta de cada momento, é possível discernir um fio condutor que os une e oferece uma base comum entre eles: a construção da nação brasileira partindo de um campo mental, intelectual, subjetivo e simbólico, até uma manifestação no mundo em forma de projeto-cidade. Talvez seja justamente esse o argumento nuclear em torno do qual Vidal constrói a noção de que a cidade não é simplesmente um local material, mas antes, uma representação abstrata da construção de um projeto que comporta os mais diferentes tipos de aspirações e inspirações, sendo a dinâmica desse vir-a-ser agravada no caso de Brasília, que não se pretende ser tão somente uma representação do Brasil moderno e de seu constructo simbólico de futuro, mas também a capital da república.

Uma pequena parte da materialização desse projeto-ideia foi manifestada em 1891 com a primeira introdução constitucional desse movimento. Pela poderosa influência de Varnhagem o texto é claro em pontuar que “Fica pertencendo à União, no planalto central da república, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”. Portanto, nessa importante fase de amadurecimento, o projeto nasce constitucionalmente com uma premissa baseada no conceito de planalto central. Esse dispositivo constitucional é poderoso e insufla a interpretação teleológica de Polli Coelho, e mesmo que sua postura de luta pelo retângulo Cruls tenha sido feroz e irredutível, ainda assim, a comissão de 1946-48, assim como os debates da constituinte de 1946, foram os momentos em que o “destino” do futuro local da nova capital chegou mais perto de ser alterado. Os relatórios da comissão são ricos para se visualizar essa disputa porque neles os argumentos e discursos estão resumidos de forma concisa e assertiva, permitindo que os conflitos de interesses percebidos por Vidal e ignorados por Visentini venham à luz de forma condensada.

É importante destacar que eles não foram exauridos aqui e existe ainda espaço para explorá-los como fonte histórica, e de forma ainda mais abrangente, usá-los como guia para o mapeamento do conflito ainda mais amplo entre os estados brasileiros pelo privilégio de receber a nova capital do país no seu território e zona de influência, que certamente transcendem a constituinte de 1946 e a comissão de Polli Coelho, utilizadas centralmente aqui.

O voto de Polli Coelho⁴¹, entre todos os textos dos votos dos outros participantes, foi o mais extenso e mais detalhista, denotando sua implacável obstinação de fazer o planalto central o chão da nova capital. Ele inicia seu texto dando espaço à narrativa geopolítica, começando por defini-la conceitualmente:

Entendo por critério geopolítico aquele que visa a integração de todas as unidades da federação num único conjunto, em que nenhuma fique em situação de inferioridade e ou de privilégio em relação ao resto do país, e também aquele que visa povoar o interior do país, considerando esse povoamento como necessidade primordial da existência da Nação, sem a qual nada será possível construir no futuro.

Na maior parte das citações de Polli Coelho sobre a imperatividade geopolítica do planalto central, normalmente acompanha-se como protagonista o argumento da defesa em caso de guerra. No entanto aqui ele parece ter absorvido o argumento de Odorico sobre a distribuição do poder na espacialidade brasileira e adiciona a isso o povoamento do oeste. É interessante destacar que o movimento da “marcha para o oeste” protagonizado pelo Estado Novo possui importantes ligações com as aspirações das elites goianas que buscam desenvolver seu estado. Como aponta o artigo⁴² “O Estado Novo e a Marcha para o Oeste” de Eliane Manso Pereira:

A concepção de Marcha para Oeste, de Cassiano Ricardo, viabilizada pelo Estado Novo, respondeu aos anseios de uma parcela da elite goiana, agrupada em torno da revista Oeste, que aspirava ao desenvolvimento do Estado de Goiás, através de sua integração ao Brasil. O pertencimento de Goiás ao Brasil ocorreu em um duplo movimento: de um lado, a jovem nação brasileira, promovendo sua unidade e, ao mesmo tempo, buscando sua afirmação face ao mundo ocidental civilizado. De outro lado, e numa relação dialética, Goiás, tentando viabilizar seu processo de civilização no conjunto da nação brasileira, constrói, através de sua elite, sua identidade regional e, ao mesmo tempo, sua afirmação no conjunto do Estado Nacional brasileiro. (PEREIRA; 1997, P. 113)

A justificação de Polli Coelho prossegue destacando a historicidade da solução do planalto central, afirmando que “verifica-se desde os tempos anteriores a independência,

⁴¹ A justificativa de Polli Coelho começa na página 3 e segue até a página 73

⁴² Publicado na revista História Revista (1997) e disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4852147>

passando pelo Império e a República, tivemos solenes, reiteradas e inequívocas manifestações em favor da região” e por diversas vezes utiliza-se da comissão Cruls como referência técnica. Ele chama a tentativa de Lucas Lopes de aumentar o conceito de planalto central de forma a abarcar o triângulo mineiro de “artificialmente criadas como recursos de argumentação”, enquanto reafirma a geopolítica como uma espécie de sinônimo de estratégia nacional.

Sua justificação ocupa 70 páginas do relatório e não cabe trazer todos os aspectos abordados aqui. No entanto, vão ser abordados aspectos climáticos, geográficos, geológicos, produtivos, agropecuários, populacionais, desapropriação e dimensão do novo Distrito Federal, fertilidade do solo, aspectos ecológicos, energéticos, entre outros. Ele deixa para o último tópico a dimensão de defesa do discurso geopolítico, destacando que em termos de importância deveria mesmo ser o primeiro, utilizando-se de diversas referências ao parecer do Estado Maior e a expertise de defesa como legitimação da perspectiva institucional do exército.

Vidal⁴³ destaca as repercussões da comissão após sua conclusão e de sua apreciação no congresso nacional. Ele argumenta que o relatório “não suscita um grande entusiasmo à Assembleia Legislativa” e que o deputado Eunápio de Queiros questiona a função que a capital deve ter, destacando que a função colonizadora não é seu papel. No entanto, aqui é interessante destacar que o deputado Queiros sublinha⁴⁴ outro motivo para a realização da mudança da capital: a satisfação da aspiração nacional. É interessante perceber que dessa perspectiva, os argumentos teleológicos e geopolíticos de Polli Coelho se tornam relativamente mais técnicos diante da interpretação puramente subjetiva do deputado sobre a mudança da capital como aspiração nacional, acrescentando uma nova dimensão interpretativa dos argumentos que gravitam o tema. Polli Coelho, como presidente da comissão, constantemente tenta fundir sua interpretação de uma narrativa épica do processo da mudança da capital, com argumentos técnicos e racionais, como a necessidade imperativa de defesa da capital em tempos de guerra. No entanto, o deputado Queiroz defende a sua interpretação da aspiração nacional descondicionado da necessidade de justificações técnicas, dando um uso exclusivamente simbólico para a mudança.

⁴³ De Nova Lisboa a Brasília; P. 169

⁴⁴ De Nova Lisboa a Brasília; P. 170

Vidal interpreta⁴⁵ a estrutura argumentativa de Polli Coelho como uma tentativa de posicionar os militares como “herdeiros legítimos” da tradição positivista. A narrativa épica, que busca conectar o futuro e o passado utilizando-se dos “grandes nomes” que desenvolveram a questão, tem nesse viés histórico-teleológico a noção de Auguste Comte, que nas palavras de Polli Coelho⁴⁶ “me leva sempre a procurar o que já está feito para melhorá-lo”. Essa visão vai entrar em conflito direto com as perspectivas que consideram a questão econômica como núcleo valorativo, como, por exemplo, se estruturam os argumentos de Lucas Lopes. Tendo em vista esse embate entre a solução histórica e a solução econômica, a perspectiva de Odorico sobre a distribuição do poder no território brasileiro se destaca como um argumento peculiar, despolarizando o debate e levantando a uma nova perspectiva interpretativa das implicações e motivos inferidos na mudança da capital. Para Odorico não se trata de uma solução histórica, ou de um argumento geopolítico de defesa militar, mas antes, da quebra da hegemonia de poder do sul e sudeste, portanto uma visão também incompatível com a solução econômica do triângulo mineiro, que segundo ele iria agravá-la.

A narrativa épica nascida da perspectiva teleológica do processo de mudança da capital é habilmente adotada pelo projeto de Juscelino, que utiliza dos mais variados tipos de discursos de justificação e legitimação. A dimensão mítica dessas legitimações transpira um planejamento meticuloso de cada passo dado na construção simbólica de Brasília, que desde a escolha de datas até a natureza dos processos ritualísticos, serve-se de conexões metafóricas explícitas e implícitas para referenciar e desenhar a história do Brasil através da materialização da ideia de Brasília.⁴⁷ Essa dimensão simbólica e mítica, conscientemente utilizada pelo projeto de JK, não é inventada por ele, mas antes, nasce de uma consciência histórica daqueles diversos agentes que enxergaram no processo da mudança da capital uma possibilidade de criação e recriação da nação brasileira. A narrativa épica se constitui ao longo de um processo em que Varnhagem se referencia a José Bonifácio, assim como Polli Coelho se referencia a comissão Cruls, criando uma cadeia de referências que apesar de suas peculiaridades e diferenças históricas convergem para uma síntese baseada na construção de um país condensada em um projeto de cidade, que transcendendo sua camada mais superficial, é também um projeto de sociedade. Nas palavras de Vidal, na mente de Juscelino:

⁴⁵ De Nova Lisboa a Brasília; P. 169

⁴⁶ COELHO, Djalma Polli (general). A Localização da Nova Capital do Brasil. Revista Geográfica, Rio de Janeiro, IBGE, v. 15. N. 41, p. 3, 1954

⁴⁷ Essa perspectiva da condensação da história brasileira através da construção simbólica e material de Brasília vai ser habilmente trabalhada por Vidal no capítulo VII de seu livro (P. 243 a 281)

Essa operação de refundação da história brasileira a partir da construção de Brasília tem uma dupla finalidade prática. Visa primeiramente legitimar a construção de Brasília na história do Brasil e no programa do nacionalismo desenvolvimentista. Deve também permitir a obtenção do apoio da população brasileira, apoio simbólico ou físico, ao orientar os movimentos migratórios internos para a nova capital. Aos poucos, por sucessivos toques, Juscelino Kubitschek envolve a construção da nova capital em um casulo mitológico que a torna impermeável a qualquer ataque e que faz dela o ponto de convergência de todas as esperanças brasileiras e de todas as aspirações nacionais. Mas esse mito de Brasília ultrapassa a simples justificativa de conjectura. Serve também para fundar o novo Brasil.

Os exemplos do uso da interpretação teleológica da mudança da capital não ficam de alguma forma restritos a Polli Coelho, talvez encontrando nele uma de suas versões mais racionais. O uso que o projeto de JK faz dessa perspectiva é amplo, profundo e complexo em suas sistematizações simbólicas, instrumentalizadas como um vértice entre passado, presente e futuro que busca sintetizar a história brasileira de forma ritualística e condensada na forma de uma fundação do novo Brasil através da nova capital. O primeiro exemplo e talvez o mais claro trata do uso do sonho de Dom Bosco como legitimador de Brasília. O sonho ocorreu em 1883, tendo sido publicado apenas em 1935 e descoberto pela Novacap apenas em 1957. No entanto, como argumenta Vidal⁴⁸, bastava que ele tivesse ocorrido em 1883, data anterior a construção, para ser utilizado como uma legitimação profética da fundação da nova capital.

O sonho de Dom Bosco é apenas um entre os vários exemplos do uso de conexões entre passado, presente e futuro. A inauguração de Brasília, no dia 21 de abril, é não somente a data de Tiradentes como também a da fundação de Roma, apresentando o Brasil como uma nação latina herdeira da civilização romana⁴⁹. As primeiras missas e suas datas foram conscientemente escolhidas para se alinhar com a primeira missa organizada por Pedro Álvares Cabral no dia 26 de abril⁵⁰, contando também com a presença do povo indígena Carajás, convidado pelo presidente para presenciar a cerimônia de forma a introduzir no processo ritualístico os povos autóctones. Como escreve Raoul Girardet em seu livro “mitos e mitologias políticas”:

Narrativa de caráter explicativo, não se poderia esquecer, no entanto, que o mito é também potência mobilizadora. A função de reestruturação mental do imaginário político corresponde, então, a uma outra, que é a de reestruturação social.

(GIRARDET; 1987, P. 183)

⁴⁸ Vidal se aprofunda consistentemente nos detalhes da apropriação do sonho de Dom Bosco como legitimador mitológico e profético. Durante o capítulo VII ele faz uma comparação paralela entre os rituais grego-romanos de fundações de novas cidades, traçando simetrias entre os rituais performados pelo projeto de JK e a ritualística dos antigos. Ver página 246.

⁴⁹ De Nova Lisboa a Brasília P.260

⁵⁰ De Nova Lisboa a Brasília P. 250

Portanto, a construção e reconstrução da sociedade brasileira através da cidade-projeto, como argumenta Vidal, também perpassa pela dimensão simbólica do poder de reestruturação social da narrativa mítica, como aponta Girardet. A teleologia de Polli Coelho, que recorre frequentemente a esse potencial épico que a interpretação homogeneizante do processo de mudança da capital suscita, veste a forma positivista e racional dessa dimensão⁵¹. Não se trata, dessa forma, de comparar os usos da narrativa mítica do projeto JK com os usos teleológicos da interpretação de Polli Coelho, mas sim de destacar que ambos são aspectos que nascem do caráter reestruturador da história e da sociedade brasileira que o projeto-cidade permite realizar tanto no imaginário político, quando na materialidade social.

A dimensão mítica e simbólica que engendra o processo de criação e recriação de uma nação, de um povo e de uma sociedade através da construção de uma cidade-projeto atravessa a história de Brasília em suas diferentes fases históricas⁵². A fase mais decisiva desse processo penso ter sido a década de 1946-56, quando entre a constituinte, as comissões e a aderência de Juscelino ao projeto, podemos traçar uma linha quase contínua, cercada de disputas, no entanto possuindo uma linearidade caracterizada majoritariamente por continuidades e não por rupturas. Essa linearidade contém em sua natureza, não somente o embate político-material, mas também o simbólico-teleológico, esse último mais consciente do poder discursivo de uma narrativa de caráter épico no processo de construção de uma sociedade. A perspectiva de continuidade, que apesar das disputas entre os estados, permeia o período de 1946-1960, permite que interpretemos esse momento histórico como um encadeamento de processos contínuos, contextualizando o projeto de JK numa dimensão maior que a propaganda de seu projeto pretendia apresentar.

⁵¹ A dimensão racional dessa interpretação teleológica e homogeneizante do processo da mudança da capital se encontra bem destrinchada pela análise do argumento geopolítico trabalhada por Visentini. Polli Coelho sabe que não basta se referir aos “homens do passado” e adiciona a necessidade de defesa nacional da capital como núcleo legitimador da posição de Varnhagem e da comissão Cruls.

⁵² O livro de Vidal é ideal para ter essa visão panorâmica do processo da mudança da capital sem cair na falsidade homogeneizante que não considera os distintos momentos históricos e suas peculiaridades em cada parte do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de; Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal Relatório anual; Comissão de Localização da Nova Capital Federal, 1955

ALVES, Jacy Seixas; Brasil, país do futuro: políticas do esquecimento e imagens identitárias da denegação; Impulso, Piracicaba • 25(64), 161-178, set.-dez. 2015

BRESCIANE, M. S., & Schicchi, M. C. Luiz de Anhaia Mello: ensino, política e presença pública. Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online), 14(1), 73-84. 2016;

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. Cadernos do INDUR, v. 2, p. 29-39, 2002. Parte III

Comissão de Estudos Para a Localização da Nova Capital; Rio de Janeiro; 1948

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987;

Pareceres do Estado Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o problema da mudança da capital; Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil; Rio de Janeiro; 1947

PEREIRA, Eliane MC Manso. O estado novo e a marcha para oeste. História Revista, v. 2, n. 1, p. 6, 1997;

VASCONCELOS; Martins Júnior, P. P. A teleologia e o estudo das ciências da natureza contribuições da filosofia. Ambiente & Educação, v. 16, p. 59-78, 2011;

VIDAL; Laurent; De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009;

VISENTINI, José William. Capital da geopolítica. . São Paulo: Atica, 1986;

